



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Ata da 83ª Sessão Ordinária da 1ª Sessão Legislativa, da 16ª Legislatura, realizada pela Câmara Municipal de Cascavel em 11 de dezembro de 2017, com início às dez horas sob a Presidência do Vereador **GUGU BUENO**, secretariada pelo vereador **OLAVO SANTOS** e com a presença dos vereadores: Alécio Espínola, Bocasanta, Cabral, Carlinhos Oliveira, Celso Dal Molin, Damasceno Junior, Fernando Hallberg, Gugu Bueno, Jaime Vasatta, Josué de Souza, Mazutti, Mauro Seibert, Misael Junior, Olavo Santos, Parra, Paulo Porto, Pedro Sampaio, Policial Madril, Romulo Quintino, Serginho Ribeiro, Valdecir Alcântara. – Presidente: Com a graça de Deus e pela grandeza da pátria, dou por aberta a presente sessão e solicito ao senhor primeiro secretário que faça a leitura da matéria de expediente recebida pela mesa. **PEQUENO EXPEDIENTE** – Emenda nº 1/2017 ao Anteprojeto de Lei nº 2/2017 do Vereador Policial Madril; Emenda nº 3/2017 de autoria ao Projeto de Lei nº 144/2017; Emenda nº 1/2017 ao Anteprojeto de Lei nº 156/2017; Emenda nº 2/2017 ao Anteprojeto de Lei nº 156/2017; Emenda nº 3/2017 ao Anteprojeto de Lei nº 156/2017; Anteprojeto de Lei nº 174/2017 do Executivo Municipal; Projeto de Resolução nº 13/2017 da Mesa Diretora; Anteprojeto de Lei nº 171/2017 do Executivo Municipal; Anteprojeto de Lei nº 172/2017 do Executivo Municipal; Ofício nº 564/2017, do Gabinete do Prefeito, requerendo arquivamento do Projeto de Lei nº 166/2017; Ofício nº 85/2017, do Gabinete do Vereador Olavo Santos, comunicando a saída do Bloco Parlamentar da Transparência; Parecer nº 254/2017 da Comissão de Justiça e Redação favorável ao Anteprojeto de Lei nº 167/2017 do Poder Executivo Municipal; Parecer nº 260/2017 da Comissão de Justiça e Redação favorável ao Anteprojeto de Lei nº 165/2017 do Poder Executivo Municipal; Parecer nº 259/2017 da Comissão de Justiça e Redação favorável ao Anteprojeto de Lei nº 164/2017 do Poder Executivo Municipal; Parecer nº 60/2017 da Comissão de Economia, Finanças e Orçamentos favorável ao Anteprojeto de Lei nº 167/2017 do Poder Executivo Municipal; Parecer nº 253/2017 da Comissão de Justiça e Redação favorável ao Anteprojeto de Lei nº 169/2017 do Poder Executivo Municipal; Parecer nº 70/2017 da Comissão de Economia, Finanças e Orçamentos favorável ao Anteprojeto de Lei nº 169/2017 do Poder Executivo Municipal; Parecer nº 71/2017 da Comissão de Economia, Finanças e Orçamentos favorável ao Anteprojeto de Lei nº 161/2017 do Poder Executivo Municipal; Parecer nº 72/2017 da Comissão de Economia, Finanças e Orçamentos favorável ao Anteprojeto de Lei nº 164/2017 do Poder Executivo Municipal; Ofício nº 236/3027, do SINDARPEN (Sindicato dos Agentes Penitenciários do Paraná), informando sobre a situação da PEC. Senhor Presidente, temos ainda os inscritos para a fala no grande expediente, que são os vereadores: Celso Dal Molin, que fará uso do tempo do bloco parlamentar ao qual pertence; os Vereadores Carlinhos Oliveira; ainda Paulo Porto; Alécio Espínola, como líder do governo; Vereador Policial Madril; Mazzutti; Olavo Santos; Misael Junior. São esses vereadores, Senhor Presidente. Era o que tínhamos. Obrigado. – Presidente: Obrigado Senhor Primeiro-Secretário, o meu agradecimento também ao Senhor Segundo-Secretário. Peço desculpa ao Vereador Jorge Bocasanta, hoje houve um atraso no início da sessão ordinária, mas em havendo número regimental, Vereador Jorge, e finda que está a matéria de expediente, deixo a palavra livre pra inclusão ou destaque para a ordem do dia. **INCLUSÃO OU DESTAQUE PARA ORDEM DO DIA**: – Não



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

houve nenhuma solicitação neste sentido. **ORDEM DO DIA:** - Presidente: Vamos iniciar então a nossa ordem do dia, Vereador Mauro, o mais rápido possível. Senhores, temos o Projeto de Lei nº 169/2017 de autoria do Executivo Municipal, que dispõe sobre o parcelamento de débito do município de Cascavel, o IPMC, do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do município de Cascavel. Em discussão o projeto. (- Peço a palavra). Com a palavra o Vereador do PROS, o Vereador Jorge Bocasanta. – Vereador Jorge Bocasanta: Senhor Presidente, nobres colegas, plateia em geral, esse pagamento é daquele esquema que o Edgar fazia na vez passada, que eu sempre fui contra, passava de um ano para o outro. Então é o seguinte: a Prefeitura de Cascavel já deve um monte para o IPMC, mas um monte, um monte que vai chegar daqui a 15 anos e o município vai ser igual ao Estado do Rio de Janeiro, não vai ter dinheiro para nada. Então você que quer ser Prefeito um dia, tem que começar a me ouvir, porque você vai pegar um abacaxi na tua mão. Então é o seguinte: com o REFIC, Alécio Espínola, que deu trinta e poucos milhões, o Prefeito poderia pagar isso aqui, não continuar refinanciando, entendeu? O quanto entrou de dinheiro? Depois eu gostaria de saber. Então eu vou votar contra isso aqui, contra porque eu acho que com o REFIC que teve, o dinheiro para pagar uma dívida, se eu tenho o dinheiro em caixa, eu tenho que pagar o que eu devo. E o município deve para o IPMC, não só esses dois milhões, mas mais uns seiscentos milhões. Então para não aumentar a dívida do município eu vou votar contra e espero que todos votem junto comigo para que não tenha problema no futuro, o município de Cascavel. Era isso. Meu muito obrigado. (- Peço a palavra). – Presidente: Com a palavra o Vereador Misael Junior. – Vereador Misael Junior: Senhor Presidente, senhores vereadores, distinta assistência, a todos que nos ouvem, também ao Secretário Renato Segalla, Doutor Luciano, nosso Procurador Jurídico do município. Senhores, quando nós estamos em dívidas com algum local, muitas vezes a gente consegue pagar a vista, Vereador Carlinhos, e muitas vezes não há como pagar a vista, então a gente parcela. O REFIC foi exatamente isso. Inclusive nós aqui discutimos sobre a quantidade de vezes, Vereador Valdecir, que poderia ser realizado o REFIC. O parcelamento, Vereador Paulo Porto, do REFIC, o REFIC nos trouxe esses trinta milhões, mas não é este o valor que está em caixa, então não há como fazer esse pagamento. O que o IPMC pede é a possibilidade desse parcelamento. Nós temos a frente do IPMC o Alcineu, uma pessoa competente, pessoa séria, e uma pessoa de uma honestidade incrível, então certamente existe aqui a boa fé, existe aqui a necessidade de tal acontecimento quanto ao parcelamento e eu gostaria de pedir aqui o voto favorável até mesmo do Vereador Jorge Bocasanta. (- Um aparte). Claro que concedo Vereador Jaime. – Vereador Jaime Vasatta: Obrigado Vereador Misael. Eu até, nossa Comissão, o Vereador Mazutti, Serginho, Vereador Serginho, também estamos um pouco preocupados em relação a isso, mas é aquilo que você falou, não houve má fé, até porque isso é uma coisa já do ano passado, de 2016, e vem levando e assim, achamos que, também na discussão sobre esse projeto, há uma inversão ou um auditor fala uma coisa e outro auditor fala outra coisa. Então realmente criou-se uma dúvida em relação a isso. E é importante que a gente, eu até entendo o Vereador Bocasanta, até porque é servidor, e a gente tem essa preocupação com o IPMC, mas é importante nós aprovarmos isso porque o município de Cascavel pode ficar em 2018



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

negativado, bloqueando inclusive órgãos federais. Então é importante que a gente possa aprovar e também peço voto favorável a todos os vereadores. – Vereador Misael Junior: Exatamente isso, Vereador Jaime, e o que nos deixa de maneira assim pronto a atender esse pedido é que o Governo Municipal tem tomado as medidas corretas no objetivo de resolver os problemas, essa é mais uma dificuldade que o município enfrenta na questão dos seus servidores, na questão da sua previdência, do seu Instituto de Previdência, mas certamente a pior decisão é aquela não tomada, como já diria o Prefeito Paranhos. Então tomar uma decisão agora de autorizar esse parcelamento certamente é o mais correto. Peço voto favorável a todos os vereadores. Era o que eu tinha, Senhor Presidente. Muito obrigado. (- Peço a palavra). – Presidente: Com a palavra o Vereador Serginho Ribeiro. – Vereador Serginho Ribeiro: Senhor Presidente, senhores vereadores, caríssima assistência, imprensa, bom, chegou então na Comissão de Finanças para aprovação então desse parcelamento em 60 meses, parcelamento da dívida do IPMC. Auditoria do Ministério, estou vendo aqui alguns dados, Auditoria do Ministério da Fazenda foi em agosto de 2016, por que somente em dezembro, nos momentos derradeiros do exercício financeiro o Poder Executivo mandou esse projeto para nós analisarmos? São mais de dois milhões de prejuízo ao erário público, são mais de dois milhões. Será que não devemos investigar isso? Veja bem, são mais de dois milhões. Me estranha esse prejuízo de um montante desse. É sofrer investigações mais profundas. Olha só, estou dando mais uma olhada: 60 meses, tudo bem, é possível o município pagar, vai ter que sair do caixa livre, vai ter que de alguma forma ser pago esse valor. Mas se o município de Cascavel que era dois milhões que o Poder Executivo terá que parcelar nos próximos 60 meses. E esse tipo de reação do Poder Executivo de mandar os projetos nos momentos finais, sem tempo de paralisar e discutir com a sociedade, é temerário, me deixa bastante preocupado, sou sincero aos senhores vereadores. Estamos aqui discutindo algo que não é tão simples assim, veja bem, são dois milhões. E também eu vejo aqui um atestado de um erro de ineficiência da antiga gestão. Nós estamos aprovando, eu sei que pode parar, tem o problema do município ficar impossibilitado de financiamentos, problemas em 2018, mas pelo amor de Deus, meus amigos, vamos e venhamos. Aqui nós vemos, qual é a responsabilidade? Qual é o nosso trabalho? A Comissão de Economia e Finanças, os vereadores entendendo a possibilidade do município não ficar amarrado, interrompido de fazer a movimentação orçamentária de 2018 aprovou, mas eu vejo aqui que é bastante preocupante. Nós vemos aí a princípio, inclusive não tinha vindo aqui a dívida auditada pelo Ministério da Fazenda, sem declaração orçamentária, financeira, se esse projeto fosse aprovado aí sim os dois anexos teriam um problema enorme para toda a classe, para os vereadores, para a responsabilidade também fiscal de 2000, também para o Executivo. Então, poxa, se não fosse o trabalho dessa Comissão de Finanças então esse projeto era ilegal, teria óbices claros. Então só peço que a atual gestão aí, o Executivo, tenha maior atenção nos projetos que envia aqui ao Poder Legislativo. E na verdade eu acho o seguinte, meus amigos: teríamos sim que investigar, são mais de dois milhões aqui, me preocupa bastante. Na verdade nós vemos o IPMC, o que está acontecendo? Sofre aqui algumas situações, é um prejuízo ao erário público. Por que não devemos investigar? Porque não devemos



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

avançar numa investigação séria? Me estranha o prejuízo e não investigação. Eu sei que acarreta de cada vereador não segurar a Prefeitura de movimentar aqui e tudo que o Prefeito anseia de fazer o melhor. Mas peço que o Executivo cuide nos projetos que vem no afogadilho nessa Casa, principalmente nas Comissões, porque dessa forma nós temos que analisar com carinho, não é dessa forma. Fica aqui o meu desabafo que nós temos que ter responsabilidade. São mais de dois milhões, Vereador Mazutti. Não é assim, 60 meses para pagar, tudo bem. É possível? Trinta e cinco mil por mês e tudo o mais. Mas da onde vai sair? Do caixa livre? Da onde sai? Poderia estar sendo investido na saúde, na educação, na causa animal, e tantas outras, no esporte, na cultura de Cascavel. Essa é uma preocupação grande. Então senhores vereadores, vamos lá, vamos pensar com carinho aqui. Não está na hora de uma auditoria aqui firme, uma investigação clara no IPMC. Fica aqui a minha fala. Muito obrigado Senhor Presidente. (- Peço a palavra). – Presidente: Com a palavra o Vereador Mazutti. – Vereador Mazutti: Senhor Presidente, nobres colegas vereadores, distinta assistência, imprensa, essa questão deste valor que houve esta auditoria junto ao RPPS do município e que apurou esse valor de dois milhões aí para ser pago. Importante nós termos essa responsabilidade de aprovarmos esse parcelamento para que o município possa pagar de forma que não sofra com o seu caixa, que possa pagar esse parcelamento, e nós aprovando isso aqui nós estamos evitando que o município venha a ser penalizado por não ter a certidão junto ao Ministério Público, junto aos órgãos federais que tem essa responsabilidade. Então se nós não aprovarmos e este valor não vem a ser repassado, nós podemos colocar o município em risco de não obter certidões que possa buscar recursos a nível federal, a nível municipal e possa haver um prejuízo para o município. Então eu peço voto favorável, que a gente possa parcelar, fazer essa aprovação, que município possa parcelar em 60 meses com valor razoável de uma parcela baixa aí para pagar. Seria isso Senhor Presidente. Muito obrigado. (- Peço a palavra). – Presidente: Com a palavra o Vereador Fernando Hallberg. – Vereador Fernando Hallberg: Senhores, eu acho que não há nada demais esse projeto, acho que inclusive a questão de parcelamento ali é válida, visto que senão teríamos que despender esse dinheiro já direto do orçamento, foi uma questão de fiscalização apontada pela Secretaria da Fazenda Nacional, e que se não for pago o município não recebe recursos da União. Era uma questão que não de competência da gestão atual, então vejo que o que está em questão aqui é se vale a pena parcelar ou não. A multa já existe, ela já vai ter de qualquer maneira, mesmo se parcelar ou não, então eu voto pelo parcelamento dessa dívida, visto que é obrigatório ela ser paga. Mas também concordo com o Serginho que a gente tem que dar uma investigada nos últimos anos, Vereador Josué, do que aconteceu no IPMC e porque que gerou essa questão dessa dívida aí. Voto favorável, senhores. Obrigado. – Presidente: Após a discussão do Projeto de Lei nº 169... (- Peço a palavra). Vereador Josué com a palavra. – Vereador Josué de Souza: Senhor Presidente, nobres vereadores, distinta assistência, eu quero aqui compartilhar com a fala da maioria dos vereadores, e sua Fernando, que nós temos que investigar o que aconteceu, mas que nós não possamos deixar que o município pague um preço muito alto pelas más gestões passadas. Então venho aqui pedir o voto favorável para que parcele essa dívida. O parcelamento vai dar



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

a possibilidade do município se organizar melhor e estar pagando essa dívida retroativa que é uma herança que ficou aí da gestão passada. Então quero pedir voto favorável, pedir a compreensão dos vereadores, pedir o voto aqui para o Doutor Bocasanta que vai estar entendendo e sabe que é uma responsabilidade muito grande nós mantermos a conta do município em dia para não deixar faltar a entrada de recursos federais e alguns repasses. Era isso que eu tinha Senhor Presidente. Muito obrigado. – Presidente: Projeto de Lei nº 169/2017 que dispõe sobre o parcelamento de débito do município de Cascavel com o IPMC, em votação. Votação nominal, senhor secretário. (Foram favoráveis os vereadores: Alécio Espínola, Cabral, Carlinhos Oliveira, Celso Dal Molin, Damasceno Junior, Fernando Hallberg, Jaime Vasatta, Josué de Souza, Mazutti, Mauro Seibert, Misael Junior, Olavo Santos, Parra, Paulo Porto, Pedro Sampaio, Policial Madril, Romulo Quintino, Serginho Ribeiro, Valdecir Alcântara). (Foi contrário o vereador: Bocasanta). – Secretário: Senhor Presidente, 19 votos favoráveis e 1 voto contrário. – Presidente: Senhores, eu quero só fazer um comentário, Vereador Sérgio Ribeiro, antes de fazer a oficialização da votação, de fato essa questão do IPMC é uma questão que preocupa a todos nós, o Vereador Jorge desde o primeiro ano do seu mandato de vereador sempre levanta essa questão. Eu acho que o ano que vem, Vereador Serginho Ribeiro, a Comissão de Finanças poderia se debruçar sobre essa questão do IPMC e se for necessário a Câmara, hoje nós fizemos uma previsão orçamentária para contratação inclusive de uma consultoria, de pessoas técnicas, para que a gente possa fazer uma investigação por completa nos números do IPMC, não apenas de hoje, mas evidentemente para que a gente entenda com muita clareza porque que chegamos nesse passivo que tanto nos preocupa, Mazutti. Então vamos no começo do ano já retomar esse assunto, se houver necessidade a Câmara contrata essa consultoria especializada, independente, para que a gente possa ter a convicção e a certeza, porque é um assunto extremamente técnico, mas que a Câmara possa e os vereadores, e principalmente os servidores, possam ter a tranquilidade e o entendimento do que acontece no IPMC. Então só, eu ouvi a fala da Vossa Excelência, queria só comentar que a presidência, se vocês acharem necessário, a presidência irá contribuir com essa questão e havendo a necessidade até mesmo da contratação de uma consultoria externa. (- Um aparte). Pois não Vereador. – Vereador Serginho Ribeiro: Só para, quebrando um pouquinho o protocolo, me desculpe, mas só para parabenizar e agradecer já a sua fala também, a importância, nós falamos, veja bem, uma gestão, quão importante a nossa cidade de Cascavel, e eu falo em orçamento da nossa cidade de Cascavel, então fico muito grato pela Vossa Excelência estar colocando a Comissão de Finanças a par, todos os vereadores, para que nós possamos avançar e realmente nós temos mais de dois milhões, veja bem agora, mesmo que o município consiga pagar, mas que esse dinheiro vai investido nas melhorias da cidade. Então muito obrigado Senhor Presidente. Só para colaborar. – Presidente: Obrigado. Então, com 19 votos favoráveis e 1 voto contrário fica aprovado o Projeto de Lei nº 169/2017. Passamos agora para a discussão do Projeto nº 164/2017 de autoria do Executivo Municipal que altera a Lei Municipal nº 6764 de 19 de outubro de 2017, o Plano Plurianual, para o período de 2018 a 2021. Em discussão o projeto. (- Peço a palavra). Com a palavra o Vereador Alécio Espínola. – Vereador



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Alécio Espínola: Senhor Presidente, nobres colegas, essa discussão do Projeto nº 164 e também do Projeto nº 165 que já vamos falar, é uma readequação em virtude de nós termos votado a Reforma Administrativa. Então são ações necessárias, são precisas para que a reforma possa dar a sua sequência. Gostaria de pedir o voto favorável a todos os senhores vereadores. – Presidente: Continua em discussão o Projeto de Lei nº 164/2017. (- Peço a palavra). Com a palavra o Vereador Serginho Ribeiro. – Vereador Serginho Ribeiro: Senhor Presidente, nobres vereadores, querida assistência, imprensa. Bom, está aí, o Plano Plurianual chegou, importante demais essa Casa de Leis fazer a coisa certa, ver o Executivo, algumas mudanças alterando, ver além da gente ver o PPA, nós vemos outra situação que é muito importante a reforma administrativa, nós também aprovamos, então essa Casa de Leis tem uma responsabilidade muito grande em ajudar o Executivo a acertar. Veja bem, independente de lado o que nós deixamos muito claro aqui é que todo mundo está preocupado com a cidade de Cascavel. Então dessa forma eu não tenho dúvida que nós realmente estaremos aprovando esse projeto, estaremos dando esse voto de confiança ao Leonaldo Paranhos, ao Prefeito da cidade, e a toda a sua equipe. Então como nós falamos em algumas situações aqui que nós, não é nem discordamos ou não, na verdade é transformarmos uma realidade. Se é possível executar as ações que são colocadas aqui durante o ano de 2018, 2019 e tudo o mais. Falamos em R\$ 1.170.000.000,00 na verdade em correntes líquidas, vemos aí que tem aproximadamente R\$ 900.000.000,00. E aí dependemos ainda da União e do Estado. Então que os nossos deputados, que nós tenhamos mais apoio nessa cidade de Cascavel para execução do que é colocado nesse plano anual que sempre acontece aí. Então tomara Deus que consigamos fazer as atividades que são mencionadas aqui, Paulo Porto, senão na verdade daí é complicado. Então estarei também votando favorável, mas acho muito importante nós cada dia estarmos fiscalizando mais, preocupando mais com o orçamento do município, tem vários projetos que passam por essa Casa de Leis, mas o principal papel nosso é fiscalização, de onde será aplicado o dinheiro e onde as pessoas almejam as suas melhorias. Obrigado Senhor Presidente. Seria isso. – Presidente: Continua em discussão o Projeto de Lei nº 164/2017. Vamos a votação. Os vereadores favoráveis permaneçam como estão, os vereadores contrários que se manifestem. Projeto de Lei nº 164 aprovado pela totalidade dos senhores vereadores. Passamos agora para a discussão do Projeto de Lei nº 165/2017 que altera a Lei Municipal nº 6769, a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2018. Em discussão o projeto. Em votação. Os vereadores favoráveis permaneçam como estão, os vereadores contrários que se manifestem. Projeto aprovado pela totalidade dos senhores vereadores. Coloco em discussão o Projeto de Lei nº 156/2017 de autoria do Executivo Municipal que estima a receita e fixa a despesa do município de Cascavel para o exercício financeiro de 2018, a LOA. Em discussão o projeto. (- Peço a palavra). Com a palavra o Vereador Líder do governo, Vereador Alécio Espínola. – Vereador Alécio Espínola: Senhores colegas, esse sem dúvida alguma é um dos projetos importantes para nós votarmos nessa manhã, o 156, portanto gostaria de pedir o voto favorável de todos os senhores. Aqui está o nosso orçamento para 2018, um orçamento importante para as políticas públicas da nossa cidade de Cascavel. Portanto



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

conto aí com o voto favorável de todos os senhores vereadores. Obrigado Senhor Presidente. (- Peço a palavra). – Presidente: Com a palavra o Vereador Fernando Hallberg. – Vereador Fernando Hallberg: Peço para se colocar o vídeo que separei. (Apresentação do vídeo). Bons senhores, eu me recordo bem desse discurso, foi o primeiro do ano aqui logo que nós tomamos posse, e naquela época eu nem sabia sobre o que representava aqueles 20%, mas hoje já dá para a gente ter uma noção. Porém antes da gente discutir esse percentual que tem que ser dado, como o Prefeito falou, no primeiro ano até era o orçamento do Edgar e naturalmente hoje compreendo que contabilidade pública não é uma coisa fácil, não é uma tarefa fácil. Nós aqui vereadores estamos aí há um ano, uma boa parte deles, estamos aprendendo sobre isso, porém me chamou atenção que a gente iria receber todas as movimentações financeiras que acontecesse com esse cheque em branco. Então a gente dá, na verdade o cheque em branco quer dizer o seguinte: se coloca que pode remanejar até 20% do orçamento por ato próprio, Vereador Mauro, ou seja, sem se passar por essa Casa de Leis. E eu entendo que no primeiro ano sim, para agilidade, e temos que dar um voto de confiança, mas também a contrapartida como afirmou o próprio Prefeito, seria o envio para essa Casa e no gabinete de cada um dos vereadores, então o relatório completo de cada movimentação financeira que foi feito com esse cheque em branco, então nós não recebemos. Então até amanhã nós temos para a votação, já está circulando inclusive uma emenda de 12% que eu assinei, e eu acho que é razoável, mas a gente precisa ver o que foi feito com esses 20% nesse ano, Vereador Mauro. Então só fica essa minha cobrança com relação a isso. Do restante eu votarei favorável a LOA. (- Peço a palavra). Com a palavra o Vereador Serginho Ribeiro. – Vereador Serginho Ribeiro: Senhor Presidente, bom, também analiso a importância do início do ano, esses 20% para o Prefeito poder remanejar, poder fazer as ações, o que estava tomando ciência da Prefeitura, de como estava, algumas situações de melhoria em asfalto, cobranças que vem de cada bairro, todo mundo ansioso, um novo Prefeito, uma nova Câmara, 14 novos vereadores, o que vai acontecer? É possível a transformação real? Eu sei que a esperança é muito grande e a cobrança também é muito grande. Então também entendo muito importante esse primeiro passo, mas concordo também que 20% é demais. Então também acho essa nova proposta, essa emenda com valor menor, uma porcentagem menor, de 12%, mais plausível, mais eficaz, até menos talvez, não sei. Eu sei que é importante assim da gestão se fala das possibilidades. Mas além de tudo isso me preocupa o que nesse orçamento novamente voltando a questão se são possíveis, nós vemos aí novamente a Secretaria de Comunicação com valor enorme, de finanças, na educação sabemos que é a maior demanda, educação, saúde e assistência social. Vemos aí, inclusive tivemos um valor menor no meio ambiente já contemplado, vemos que tivemos um valor maior para a cultura, até que enfim. Só vou deixar novamente aqui, entendo a possibilidade, agora voltando um pouquinho aqui, meus amigos vereadores, onde nós temos aqui a participação do Prefeito nos dando claramente a possibilidade do Fundo agora da cultura, onde nós defendemos bastante, que seja assinado antes de janeiro. Então na verdade com tudo isso que acontece favorável ao município de Cascavel, temos algumas situações que nós temos que dar uma condição melhor a nossa população. E



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

como ela, todo mundo anseia por um planejamento, estrutura e tudo o mais. Então estamos aguardando alguns posicionamentos aí do Prefeito para possamos avançar em algumas situações. E vamos lá. Na verdade concordo também com o Vereador Fernando que tem que ser levado em consideração, que já que foi dado claramente a possibilidade de nós sabermos onde foram remanejados esses repasses, de nós sabermos. Foi legal? Foi interessante? Foi viável? A população gostou ou não gostou? Tem aquelas atividades do Território Cidadão, tem as atividades culturais que aconteceram, vejo na Avenida Brasil acontecendo atividades de cultura, legal a beça, acho muito importante, um momento natalino, momento de final de ano, mas temos muito que trabalhar ainda. Então também estarei votando favorável, principalmente essa emenda aqui de todos os vereadores, de diminuir um pouco mais (- Um aparte). Aparte concedido. – Vereador Misael Junior: Vereador Serginho, a população já tem mais de 85% de aprovação do Prefeito Paranhos. O Prefeito tem demonstrado transparência em todos os seus atos, tem colocado na imprensa, tem colocado, todo mundo está sabendo o que está sendo feito. Aqui essa Casa também. A gente está todos os dias sabendo o que o Prefeito vem fazendo. Está aqui o líder do governo, que qualquer coisa que você estiver em dúvida, pode também ir atrás e buscar esse recurso para vocês o que está acontecendo. Agora acho que é muito fácil também falar aqui a gente mesmo assim sabendo o que o Prefeito vem fazendo. Tanto é que a população está sabendo que a aprovação dele é a melhor do Sul do Brasil. – Vereador Serginho Ribeiro: Obrigado Vereador. Veja bem, é que na verdade o nosso passo aqui, Vereador Misael, concordo contigo, mas é fiscalização, é junto a Prefeitura. Não vejo que o Prefeito não esteja fazendo sua parte, mas veja bem, essa Comissão de Finanças várias vezes, não é a primeira vez, nesse ano eu posso contar, mais ou menos umas 15 vezes, que nós definimos muitas situações que passaram por esta Casa de Leis, tramitando, é o processo. Mas só que veja bem, nosso trabalho é fiscalizar, é trabalhar com honestidade a favor da população. Não que ele esteja tendo um descaso com essa Casa, mas nós estamos fazendo a nossa parte como fiscalização, e ele a parte dele, é um trabalho junto. Veja bem, não é discurso, na verdade eu entendo o trabalho do Prefeito, o nosso trabalho é esse, se essa Comissão de Finanças quisesse frear um monte de coisa, já teria feito, não é nosso momento, nós não queremos de forma alguma atrapalhar a gestão de ninguém e não vamos fazer isso. Mas também que nos respeite. É prerrogativa do vereador cobrar, ajudar a Prefeitura, ajudar o Prefeito, que está fazendo um bom trabalho. Mas o nosso papel é ajudar a fazer um bom trabalho, esse é o nosso papel. Senão não teria então vereador nessa cidade. Obrigado. Seria isso. (- Peço a palavra). – Presidente: Com a palavra o Vereador Jorge Bocasanta. – Vereador Jorge Bocasanta: Senhor Presidente, nobres colegas, a plateia em geral, na realidade, o que sempre digo assim, eu sempre fui a favor de dar tudo para o Prefeito, a porcentagem, lógico. Porque é o seguinte: a gente foi eleito, Mauro, para legislar, e o Prefeito para fazer o Executivo, entendeu? Numa época que o eu e o Paulo Porto estava, o Prefeito pediu 30%, nós queríamos dar e a base não quis dar. Porque vim de lá pra cá só para fazer algumas negociações. E eu não sou a favor dessas negociações. O Prefeito tem que administrar com a equipe dele, com as ideias dele, e por isso que nós temos que fiscalizar. Por isso eu fui contra



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

o financiamento do IPMC, jogar a dívida para frente não, isso é função nossa de dizer: não, pague se tem o dinheiro, recebeu do REFIC então você vai pagar. Mas não podemos aqui interferir na administração do homem ali, entendeu? Eu fui o único que não assinou diminuir de 20 para 12%, tem que dar 20% para ele mesmo, é ele que vai fazer a administração, ele foi eleito pelo povo e ele deve saber onde vai pôr o dinheiro. Nós só temos que fiscalizar e cobrar (- Um aparte), já te dou, que esse dinheiro seja bem gasto, Olavo. Porque eu digo, quando eu voltei contra o IPMC eu não votei contra por ser contra, eu votei contra porque eu acho que com o REFIC entrou R\$ 9.000.000,00, pegue R\$ 2.000.000,00 e pague a dívida. Eu, na minha casa é o seguinte: quando tenho o dinheiro vou pagar dívida, não vou jogar para frente. E o município de Cascavel vai falir por causa do IPMC, isso eu estou falando há 4 anos atrás já. Então esse negócio ali do Paranhos, vamos dar 20% para ele e ele vai administrar, e nós vamos só fiscalizar. Pois não Josué. – Vereador Josué de Souza: Vereador, quero te dar os parabéns, o senhor que já fez parte do Executivo sabe a importância de ter um orçamento para estar trabalhando a favor da população, mas eu quero relatar aqui que nós estamos fazendo uma emenda e assinando 12% é uma coisa coerente, é relativo, o Prefeito precisa trabalhar. Quero informar aqui o Vereador Fernando que o Prefeito até agora, Fernando, gastou 9% dos 20%, se você não tem essa informação estou aqui te passando em primeira mão, e que nesta Casa em 2013/2014 que o qual o seu Conselheiro era o Presidente aqui dessa Casa, ele passado pela presidência dele, foi aprovado 15% na gestão de 2013/2014. Então no nosso entendimento 12% é um valor relativo bem, dá para o Prefeito trabalhar, se num mês que é um mês que ele pegou um orçamento feito de um outro... só mais um bocadinho aí... se num ano que ele pegou um orçamento feito por um Prefeito que era oposição a ele, conseguiu tocar o município com 9%, com 12% está bom, nós vamos estar aprovando essa emenda e vai dar tudo certo, algumas informações que vocês precisarem vai estar à nossa disposição, podemos estar passando referente aos gastos do cheque em branco. Era isso que eu tinha. Obrigado Doutor. – Vereador Jorge Bocasanta: Então só para concluir, eu voto por 20%, a administração do Executivo é ele que tem que conduzir. Nós temos aqui que fiscalizar. Então o administrativo é com o Executivo, ele que executa, nós somos para fiscalizar. Era isso Senhor Presidente. Muito obrigado. (- Peço a palavra). – Presidente: Com a palavra o Vereador Mazutti. – Vereador Mazutti: Senhor Presidente, nobres colegas vereadores, então tivemos a audiência pública apresentada pelo nosso secretário Renato Segalla, muito bem apresentada por sinal, trazendo os números do orçamento para 2018. Como o Bocasanta falou, eu também não vejo nenhum problema em aprovarmos os 20% para o Prefeito. Apesar que, como o Josué falou, ele não usou 10% do que tinha sido aprovado, os 20 do ano passado. Então isso é muito importante nós colocarmos que nós estamos diante de um Executivo, de um Prefeito que tem a melhor avaliação do Brasil. Então nós temos essa confiança no Executivo, temos a confiança das ações do Executivo, nós acompanhamos todos os trabalhos realizados e projetos que vêm ao encontro da nossa população. O nosso Prefeito Paranhos tem essa preocupação na questão da saúde, na questão da segurança, na questão da educação, então estamos acompanhando tudo isso, nós todos os vereadores podemos ter certeza que o nosso



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Prefeito está de uma forma ao encontro da necessidade da nossa população. Claro que se a maioria vir com esse projeto de 12%, nós vamos juntos. (- Um aparte). Pois não Vereador. – Vereador Jaime Vasatta: Obrigado Vereador Mazutti. Só para contribuir, eu até concordo em parte com o Vereador Bocasanta em relação ao percentual. Eu acho que 12% talvez até seria pouco. O Prefeito tem que ter uma flexibilidade para fazer as suas ações. Agora é importante nós sabermos onde está sendo investido, onde que está a aplicação desse dinheiro, até porque assim, um exemplo, Vereador Alécio, de qual secretaria ou de qual recurso sai os valores que está sendo aplicado no “Domingão no Calçadão”, não se sabe. Então isso é importante o vereador saber, porque você está dando um aval para o Prefeito fazer as ações que são importantes. Mas assim, Vereador Mazutti, a nossa parte nós temos que fazer, buscar informações da onde esse dinheiro está sendo aplicado. Obrigado pelo aparte. – Vereador Mazutti: Então peço voto favorável ao projeto. (- Um aparte). Pois não. – Vereador Mauro Seibert: Bem salientado pelo Vereador Jaime na colocação dele, até do próprio Território Cidadão, Vereador. Então esses dados a gente tem que ter. E é correto também a favor dos 20%, mas está corretíssima a fala do Jaime Vasatta. Obrigado pelo aparte. – Vereador Mazutti: Era isso Senhor Presidente. Obrigado. (- Peça a palavra). – Presidente: Com a palavra o Vereador Roberto Parra. – Vereador Roberto Parra: Senhor Presidente, eu acho muito importante essa questão de orçamento livre e vale ressaltar aqui que o Prefeito gastou cerca de 5%, eu acho que 9%, do total que ele tinha de 20%, então acho que uma responsabilidade que a gestão do Paranhos tem, no que tange ao investimento. Agora, gostaria de fazer uma colocação, nesse projeto do BID existe a obrigatoriedade de se fazer calçadas, colocar os pavers nos prédios públicos, principalmente CEMEIS, escolas e eu tenho algumas indicações desse ano, principalmente de escolas onde as calçadas estão, as crianças estão caminhando na rua. Então esse orçamento livre, já que é uma responsabilidade do município a contrapartida, gostaria que esse orçamento livre viesse para atender essa questão. Então que esses 12% que vai ser aprovado nessa Casa realmente seja investido nessa questão dessa contrapartida. A gente precisa ter condições para que nossas crianças, nossos pedestres, andem pela calçada e há alguns lugares da cidade, principalmente nos prédios públicos, que necessitam desse investimento. Então eu acho importante nós darmos esse voto de confiança e que ele seja investido como está sendo investido durante todo esse ano, realmente em obras que vem a favorecer a população de Cascavel. Era isso Presidente. (- Peça a palavra). – Presidente: Com a palavra o Vereador Pedro Sampaio. – Vereador Pedro Sampaio: Senhor Presidente, senhores vereadores, todos que nos acompanham, realmente um projeto que vem a consolidar todo o estudo que a Casa fez através das audiências públicas, seja do PPA, a Lei Orçamentária, para que nós pudéssemos aí entregar ao Prefeito todas as orientações técnicas e isso retornar para votação e debate aqui nesse plenário. Então já me chama, assim um dos pontos, Serginho, que eu vou colocar o Prefeito, ficar atento aos programas do Fundo de Esporte, Lazer e Cultura, isso são os projetos e atividades que já estão reunidas nas unidades orçamentárias, a serem subordinadas desse projeto, para que nós possamos colocar em evidência e colocar em prática. Nós temos aí uma cobrança muito grande da comunidade esportiva, da comunidade



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

cultural, então esse é o pedido que eu faço ao Prefeito Paranhos de que ele traga isso o mais rápido possível a essa apreciação dessa Casa, porque são R\$ 1.170.000.000,00 que nós discutimos aqui o orçamento do município considerável e aonde estabelecia o limite de 20% ao cheque em branco. Realmente nas conversas com os colegas acho que é demais, porque a população nos cobra, o Brasil tem dinheiro, mas ele precisa ser gerenciado, ter gestão, não adianta nós ficarmos aqui tapando o sol com a peneira, em ampliar a capacidade do Executivo, seja falando questão nossa local, sem que nós tenhamos a responsabilidade e prudência. Então eu acredito que 12%, como já discutimos aqui um pouquinho antes também da sessão, que ele seja bem usado. 9% se ele está sendo bem usado, OK. Agora que esta Casa também não reprove requerimentos e pedidos de aprovação ou de pedidos de que o vereador queira fazer e querer explicações do Executivo. Então votarei favorável a esse projeto, a emenda já proposta aqui pela unanimidade dos vereadores, para que nós possamos aí tem uma saúde financeira e orçamentária do município, desde que ela consiga pagar, haja vista o IPMC também que tem toda essa celeuma, arrecadação menor do que o previsto, então isso sem dúvida gera conflito, gera desgaste para o Executivo que tem que empenhar. Então o município agora tem toda a capacidade de poder, já parcelou, mas pode também pagar, se quiser pagar à vista, para não ter prejuízo aos servidores. Então peço o voto também favorável e que estaremos aí discutindo nos meses... cadê o líder do governo? Estava aí o líder governo... para que nós possamos aí construir o Fundo do Esportes e da Cultura, haja vista que já está inserida aqui no seu artigo segundo do projeto, para que nós possamos aí trazer já tranquilidade entre as comunidades culturais e esportivas da cidade de Cascavel. Seria isso Senhor Presidente. (- Peço a palavra). – Presidente: Com a palavra o Vereador Paulo Porto. – Vereador Paulo Porto: Bom dia a todos e todas, vereadores, mesa diretora. Eu queria apenas referendar a boa fala do Vereador Pedro no sentido de que votemos dessa maneira, eu acho que é o correto, agora para que haja um compromisso da base aliada de que nenhum requerimento fiscalizatório, que fique claro que seja esse tipo de requerimento, seja vetado ou seja derrubado por posições políticas, porque é necessário haver um diálogo, que está havendo de maneira democrática nessa Casa entre o Executivo, a base aliada, que bem ou mal representa o Executivo nessa Casa, e os vereadores que não representam o Executivo nessa perspectiva. Então eu queria apenas reforçar a fala lúcida do Vereador Pedro Sampaio no sentido de que votaremos a favor, e um voto de confiança, que eu acho que é correto esse voto de confiança nesse momento, mas que haja um compromisso do líder de governo, da base aliada, de não derrubar requerimentos fiscalizatórios, deixo claro, os outros requerimentos, (- Um aparte) convocar um secretário, por exemplo, é outra coisa, é um requerimento político, mas fiscalizatórios, no sentido de fiscalizar o que vem acontecendo num total, de maneira de total transparência aos atos do Executivo. Aparte concedido. – Vereador Misael Junior: Vereador Paulo, primeiramente a grandeza do seu mandato, não apenas neste, mas no outro também, merece os nossos cumprimentos e o senhor aplica ele de maneira com muito louvor. Os requerimentos que aqui foram reprovados, do Vereador Fernando Hallberg, é porque ele pedia muito num dia só. Eu acho que, assim como existe uma fiscalização, existe



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

tempo para todas as coisas, o Vereador Fernando mudou um pouco a sua estratégia e eu não vi mais nenhum requerimento reprovado. Eu acho que se continuar assim não existe motivo para reprovar nenhum requerimento. Agora, se realmente existir uma perseguição ou algo assim, seja algo político, o tratamento também será político, Vereador Paulo. – Vereador Paulo Porto: Obrigado pela contribuição Misael, a admiração é mútua em relação ao seu trabalho, ao seu mandato. Mas eu entendo, e tenho defendido isso nos últimos cinco anos, requerimento fiscalizatório, não requerimento com a função política, convocar um secretário, por exemplo, é grampo político, fiscalizatório, é uma prerrogativa do mandato, nós só podemos ser vereadores se fiscalizarmos. E quando se derruba um requerimento fiscalizatório, seja o que for, com muito pouca informação, não se permite, se veda essa prerrogativa sagrada do vereador. Então eu gostaria novamente, entendo a sua fala, mas gostaria novamente, independente de personalizar, não vamos personalizar o debate, de que tendo requerimentos fiscalizatórios, haja o compromisso democrático da transparência da base aliada, assim como tem tido compromisso democrático na transparência do Executivo. Era isso, eu queria o compromisso de vocês, obviamente o compromisso só será materializado na prática, mas o compromisso simbólico dessa base nesse sentido e aí nós vamos com muita tranquilidade dar o voto favorável, eu particularmente, creio que também o Pedro Sampaio. Obrigado. (- Peço a palavra). – Presidente: Com a palavra o Vereador Josué de Souza. – Vereador Josué de Souza: Senhor Presidente, distinta assistência, eu só quero pegar aqui uma continuação da fala do Vereador Pedro Sampaio. Eu acho que ele está sendo bem coerente quando ele está cobrando um investimento, mais investimento na saúde, desculpa, na cultura e no esporte. Eu só quero informar ele que o nosso atual Prefeito está dobrando o investimento tanto na cultura, como no esporte. Então aí já é um sinal de uma pessoa que trata com seriedade o esporte, com seriedade a cultura. Então esse é um sinal positivo que ele está dando, ao invés das gestões passadas que tratavam a cultura com desprezo, e o esporte a relia, deixava as coisas acontecerem do jeito que acontecia, como cria-se chuchu no campo, hoje não, hoje o esporte tem um orçamento razoável e dá para fazer uma boa gestão, um bom trabalho, ao Leo que está lá. A cultura tem investimento, se não sair nada na cultura vai ser culpa daquelas pessoas que estão ocupando aquela pasta. Então assim, nós estamos tratando a cultura com seriedade e o esporte com seriedade. Você pode ficar tranquilo que essa gestão tem compromisso com o esporte e com a cultura. É isso que eu queria deixar bem claro aqui. Obrigado. – Presidente: Vamos a votação, senhores vereadores, do Projeto de Lei nº 156/2017. Os vereadores favoráveis permaneçam como estão, os vereadores contrários que se manifestem. Projeto de Lei aprovado pela totalidade dos senhores vereadores. Passamos agora para discussão do Projeto de Lei nº 167/2017, que altera as Leis Municipais, a Lei do Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, bem como a Lei Orçamentária de 2017. Em discussão o projeto. (- Peço a palavra). Com a palavra o Vereador Alécio Espínola. – Vereador Alécio Espínola: Esse Projeto nº 167 é sobre a ponte lá do Bairro Claudete, nos fundos do Claudete, vários vereadores pediram, intercederam, fizeram indicação, então nós vamos votar hoje para que o Executivo possa fazer a ponte lá o mais rápido possível. E eu peço voto favorável a todos os nossos vereadores. (- Um



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

aparte). Pois não Boca. – Vereador Jorge Bocasanta: Por isso que eu digo assim que tem que ter esses 20%, porque um exemplo é essa ponte, caiu a ponte. Quem ia descobrir, ia imaginar que iria cair uma ponte? Caiu a ponte. O Prefeito tem o dinheiro para ir lá fazer. Então por isso eu digo que é interessante esse remanejamento, Pedro, porque caiu uma outra ponte, então tem o dinheiro lá, entendeu? Por isso sou a favor de dar esses 20%. Era isso. Vou votar favorável. Obrigado. – Vereador Alécio Espínola: Muito bem Boca, eu agradeço. (- Um aparte). Pois não Mazutti. – Vereador Mazutti: Senhor Presidente, nobres colegas vereadores, esse valor de R\$ 400.000,00 para construir a ponte muitos comentam que é um valor alto, acho que dá para construir por menos, mas é o valor que você coloca o teto, e claro que numa licitação, como tem acontecido em várias licitações, os valores no momento da licitação tem conseguido um bom desconto. Então por isso que é importante colocar nesse sentido esse valor de R\$ 400.000,00 que com certeza diante da licitação esse valor deve cair bem razoável. Obrigado. – Vereador Alécio Espínola: É verdade Mazutti, dá para fazer por bem menos, só não sei quem vai passar por cima dessa ponte aí. Então foi feito um estudo com os engenheiros e eu acredito que eles devem saber o que estão fazendo. É fácil falar: dá pra fazer bem menos. Mas enfim, quero pedir o voto favorável, agradecer o Boca que insiste nos 20%, Bocasanta sempre muito coerente, e eu não sei também, falamos ontem com o Presidente, falamos com o Prefeito, a importância dos 20% uma vez que temos uma reforma administrativa e precisamos dar celeridade para os assuntos (- Um aparte). Pois não Vereador. – Vereador Serginho Ribeiro: Vereador Alécio, então, juntamente com o Vereador Mazutti e Vereador Jaime, nós, é claro, passou pela Comissão de Finanças e Orçamentos para atender uma abertura de crédito adicional especial no valor aqui importante de R\$ 400.000,00. Na verdade foi a mesma fala também, que eu acho que é claro que uma ponte dessa, vamos ver que tamanho de ponte, o que será colocado para R\$ 400.000,00. Na verdade na licitação, é claro, pode cair esse valor. Seria até R\$ 400.000,00. Foi a nossa pergunta junto com a Economia e Finanças para que nós possamos saber que é R\$ 400.000,00 caso necessário, não que na verdade vá atender nesse valor, que talvez tenha uma ponte, que ponte será essa nesse valor. É que Oxalá que houve obras anteriores aí com valores absurdos como muros que caíram e tudo o mais. Então a gente vê que tipo de obra. Hoje a empresa que ganha a licitação tem que ser fiscalizada, aí que é importante. Então na verdade nós acreditamos muito no trabalho do Paranhos que vai, e com os demais engenheiros, fiscalizar para que contemple realmente uma obra com qualidade para que não caia novamente a ponte. Obrigado seria isso. – Vereador Alécio Espínola: Vereador Serginho, peço voto favorável dos senhores vereadores. – Presidente: Vamos a votação então senhores vereadores do Projeto de Lei nº 167/2017. Os vereadores favoráveis permaneçam como estão, os vereadores contrários que se manifestem. Projeto de lei aprovado pela totalidade dos senhores vereadores. Passamos agora para a discussão do Projeto nº 138/2017 de autoria do Executivo Municipal, que altera a redação das Leis Municipais nº 2362/1993 e a Lei nº 2363/1993 para fins de atualização do estatuto da FUNDETEC e dá outras providências. Em discussão o projeto. (- Peço a palavra). Com a palavra o Vereador Alécio Espínola. – Vereador Alécio Espínola: Aqui foi feito uma revisão do Estatuto da



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

FUNDETEC, revisão essa inclusive acompanhada pelo SEBRAE. Nós tivemos a oportunidade de ouvir uma apresentação no nosso presidente Alcione Gomes falando sobre as futuras instalações, os projetos da FUNDETEC. Então foi necessário fazer uma revisão no Estatuto da FUNDETEC, que eu gostaria de pedir o voto favorável dos senhores vereadores. Obrigado Presidente. – Presidente: Continua em discussão o Projeto de Lei nº 138/2017. Vamos a votação senhores. Os vereadores favoráveis permaneçam como estão, os vereadores contrários que se manifestem. Projeto de lei aprovado pela totalidade dos senhores vereadores. Vamos agora discutir o Projeto de Lei nº 144/2017, ele é de autoria de boa parte dos senhores vereadores, do Vereador Policial Madril, do Vereador Serginho Ribeiro, do Vereador Roberto Parra, do Vereador Cabral do PDT, do Vereador Fernando Hallberg do PPL, do Vereador Josué de Souza, do Vereador Mauro, do Vereador Celso Dal Molin, do Vereador Carlinhos, do Vereador Olavo, do Vereador Romulo Quintino, do Vereador Alécio Espínola, do Vereador Valdecir Alcântara e do Vereador Mazutti. Ele dispõe sobre a proibição de comercialização, distribuição e consumo de produtos alimentícios e de bebidas nos locais que especifica. Em discussão o projeto. (- Peço a palavra). Com a palavra o Vereador Policial Madril. - Vereador Policial Madril: Queria cumprimentar o Senhor Presidente, com isso cumprimentar os demais vereadores, cumprimentar também o pessoal que está nos assistindo e cumprimentar hoje o soldado Venturin que está acompanhando a sessão conosco. Esse projeto de lei veio devido a uma curiosidade de ver em vários locais da cidade a placa de proibido fumar. Após isso a gente fez alguns documentos, requerimentos e ofícios para a Secretaria de Finanças para ver quantas notificações teriam sido feitas em Cascavel devido essa lei, que é uma Lei Federal feita em 1996 de pessoas fumarem em locais públicos e locais fechados, e uma Lei Municipal de 2010. Quando a resposta veio que não teria feito nenhuma notificação, nenhuma atuação, a gente entrou em contato com as secretarias competentes e a gente verificou que estava ineficácia essa lei na cidade de Cascavel. Por isso a gente pediu o apoio dos demais vereadores, que totalizou 17 vereadores com a minha pessoa e devido estudo com o pessoal da Vigilância Sanitária, fiscalização, a gente chegou a esse projeto que tem a situação dos casos das tabacarias, que esse projeto no artigo primeiro a gente vai fazer uma emenda amanhã e vai suprimir a venda de bebidas alcoólicas nesses locais, que devido ao projeto da Lei Federal é permitido vender a bebida e o tabaco junto, e a alimentação é proibida, então só vamos tirar a questão da bebida, o resto vai continuar igual. Aí no artigo quarto está revogando a Lei Municipal de 2010, porém no artigo segundo vai ser cobrado tudo o que já existe na Lei Federal dos locais que são proibidos fumar. Daí vai ter mais algumas emendas, por isso eu conto com o voto favorável de todas as pessoas que são proponentes do projeto e dos demais que não foram, mas acredito que todas as leis que passam, e essa lei que a gente está fazendo é uma lei só para ter uma eficácia maior, e para que a gente adeque a situação do nosso município com a Lei Federal e que possa ser cobrado realmente das pessoas que infringem essa lei ou fumam em local que não é permitido. Por isso peço voto favorável. (- Peço a palavra). – Presidente: Com a palavra o Vereador Serginho Ribeiro. – Vereador Serginho Ribeiro: Senhor Presidente, obrigado. Bom, Vereador Madril, parabenizar, legal o projeto, mas



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

como tu falou, na parte do âmbito federal tem uma portaria que proíbe então a parte de alimentos nas tabacarias, não tem nada a ver o cara fumar, comer, mas hoje nós entendemos que a bebida sim, a bebida acho que é importante, já tem o espaço, pessoal está vendendo. Temos que na economia as pessoas que estão lá fazendo o seu trabalho, o garçom atendendo as pessoas, não tem como tirar é claro a bebida. Então acho que a bebida hoje nós vemos que, novamente frisando, a nível nacional sai as matérias, divulgação toda, sai aí grandes empresas de cervejas, marcas e tudo mais, de cigarro e como é claro, essa juventude também com todo esse número de informação não vai ao encontro. Mas é claro, com responsabilidade. Nós sabemos que tem uma lei também federal que proíbe, dirigir embriagado é crime. Então na verdade mesmo que se permita hoje a venda de bebida alcoólica a pessoa tem que saber que ele está aí no vigor da lei, não pode sair bebendo e dirigindo que é complicado. Mas na portaria aqui entendendo que o alimento junto ao tabaco não corresponde. Existe uma portaria já federal que já proíbe. Então na verdade só estamos readequando a lei, colocando ela de uma maneira mais conforme. Mas a bebida realmente acho interessante desta Casa de Leis permitir. Não tem nada a ver. Hoje na verdade nós vemos que várias tabacarias, vários locais são vendidas bebidas alcólicas, não podemos hoje causar um problema de fechar estabelecimentos, aí nós temos o problema da economia da cidade de Cascavel, aí começa um outro problema. Daqui a pouco a pessoa fecha, manda embora o funcionário, começa um problema, nós vemos hoje em Cascavel e a nível de Brasil um monte de gente desempregada. Então parabéns pelo trabalho, por entender também na parte, nós sabemos que existe uma portaria que proíbe os alimentos com o tabaco e tudo mais. Mas a bebida é tranquilo, água, refrigerante, cerveja, por que não? Então estarei votando de maneira favorável e junto a emenda também que todos os vereadores estarão votando para permitir a bebida, só para tirar a parte aqui da questão não dá para comida e cigarro junto e tabagismo participarem juntos. Ok. Obrigado. Seria isso Senhor Presidente. (- Peço a palavra). – Presidente: Com a palavra o Vereador Jorge Bocasanta, Vereador. – Vereador Jorge Bocasanta: Senhor Presidente, nobres colegas, a plateia em geral. Essa é a lei do atraso, do atraso e grande atraso, Serginho, o cara que fuma, come também, entendeu? Então como nós vamos proibir de vender comida num lugar onde se vende cigarro. Cara, o cigarro é interessante proibir nos restaurantes, nos bares, nos lugares, completamente, e está sendo hoje cumprido. Mas proibir vender comida dentro da tabacaria, então o cara vai lá, só pode fumar. Fumar eu fumo, mas comer eu não posso comer. Então é um atraso minha gente. Quem que vai nas tabacarias? Aquele que é fumante. Então vamos proibir o que? Tem duas ou três, não sei quantas tabacarias tem aqui em Cascavel, vamos proibir de vender comida para o cara que fuma. Isso aí não tem nada a ver com lei de não poder fumar dentro de um estabelecimento. Lá é próprio para fumar. Então nós não podemos proibir uma coisa dessa. Isso aí é um atraso. Quem vai entrar numa tabacaria? O fumante. E o fumante não vai ter direito de comer lá dentro? Claro que tem que ter. Entendeu? Ele fuma e come. Está entendendo Serginho? Se eu não sou fumante eu não vou lá, não vou lá. Então como vamos proibir. Isso aí é um atraso maior do mundo, minha gente. Então acho aqui, eu não assinei isso aqui, não vou assinar, e vou dizer o seguinte, é a



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

mesma coisa assim: é obrigatório ter estacionamento no mercado. Não pode ser obrigatório não, porque se não estacionamento o cara não vai, é uma questão de opção. Então digo assim: o mercado tem que se normatizar. Por que nós vamos proibir de vender comida, bebidas num lugar que o cara vai fumar? Isso aí está tudo errado. Então essa lei do atraso nº 144 aqui tem que pedir o voto contrário, minha gente. Entendeu? Porque nós já temos que o cara não pode fumar aonde eu vou com a minha família no restaurante, mas numa tabacaria vai quem é fumante. E nós temos o que com o fumante? Tem uma irmã minha que morreu de câncer há anos porque era fumante, só que ela comia também, gostava de tomar café. Então vamos proibir de ir? Não. Eu não quero ir num lugar que não é para os fumantes, ir lá e o cara fumar na minha cara. Isso não. Mas na tabacaria nós não podemos fazer nada. Só vai lá quem é fumante. (- Um aparte). Pois não. – Vereador Policial Madril: Gostaria só de contribuir com o senhor. Talvez o senhor não entendeu o início da explicação é que aqui em Cascavel não tem nada regulamentado ainda para notificar alguma pessoa que estiver fumando nesses restaurantes aí que vai o senhor, a sua família. Se a pessoa tiver fumando lá o pessoal da Vigilância, se for informado, eles não têm um método para fiscalizar. A gente já fez esse projeto da lei das tabacarias, que é uma Lei Federal, é o Ministério da Saúde, o pessoal, quem fez essa lei foram os Senadores, Deputados Federais que têm alcance aí. A gente só está seguindo a lei e está regulamentando para quando o senhor for no restaurante com a sua esposa, suas crianças, tiver alguma pessoa fumando lá dentro, porque a maioria dos restaurantes tem placa, só que o requerimento que a gente fez em Cascavel nunca foi notificado ninguém e a gente sabe que nesses lugares fumam. Só queria usar esse um minuto só para contribuir e tentar explicar nesse sentido para o senhor. – Vereador Jorge Bocasanta: Tudo bem, mas essa Lei nº 5436 deve ser isso aí. Então mais uma lei? Vamos em cima dos caras que não estão fiscalizando, mas não proibir nas tabacarias. Na tabacaria não podemos proibir. Nós temos que ir em cima de quem não está fiscalizando, Madril. Entendeu? Porque a lei existe, uma lei estadual, não me lembro se tem municipal também, que o cara não pode fumar em lugares, mas na tabacaria lá é o lugar para fumar mesmo. (- Um aparte). Pois não. – Vereador Serginho Ribeiro: Boca, só chegando num ponto desse, vou só pedir para o Presidente já estender um minuto por gentileza, seguinte, nesse viés também a minha preocupação juntamente com o Vereador Madril, na fala do Vereador Boca, é o desemprego, é a preocupação. É claro, se a pessoa vai na tabacaria, é claro, ele já vai para isso. Se tem lá os narguilés e tudo o mais a pessoa já vai. E também me preocupa a situação da proibição mesmo. Eu sei que existe uma portaria de uma Lei Federal. Mas a fiscalização, daí eu concordo com o Boca, tem que ser efetiva. Se na verdade a pessoa quer que tenha fiscalização firme vai ter que sair de casa, horário, se ele é pago para isso, se ele é um servidor pago para fiscalizar, ele vai ter que fiscalizar. Então até nessa situação concordo também com o Boca, nós temos que nos preocupar, só para finalizar, concordo nessa questão. A minha preocupação, meus amigos, veja bem, é muito grande hoje na questão do empresário, ele abre um bar, ele abre uma tabacaria e ele tem o espaço dele e ele contrata algumas pessoas. Daqui a pouco a minha preocupação é se ele começa a desempregar, começa a tirar pessoas e com isso o problema é de todos, é de todos



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

nós. Então acredito aqui que o Bocasanta está nessa situação aqui de que não pode ser uma cidade do não. Eu sei que é uma portaria nacional, mas eu até gostaria então que os demais amigos pudessem rever. Será que votaremos favorável ou pedimos talvez um prazo para que possamos analisar melhor? Poderíamos analisar melhor para não ter uma situação contrária nesse projeto? Então vamos analisar todos os viés. Seria isso. – Vereador Jorge Bocasanta: Então peço voto contrário. Muito obrigado. – Vereador Pedro Sampaio: Questão de ordem Senhor Presidente, peço a palavra. – Presidente: Com a palavra o Vereador Pedro Sampaio. – Vereador Pedro Sampaio: Serginho, Vossa Excelência como um dos propositores aqui, então o caminho até para uma discussão, faz um pedido de vista desse projeto, para nós debatermos, discutirmos aqui com os vereadores. – Presidente: Sugerido pedido de vista pelo Vereador Pedro Sampaio. Coloco em discussão o pedido de vista ao Projeto de Lei nº 144/2017. Em discussão o pedido de vista. (- Peço a palavra). Para discutir o pedido de vista, Vereador. Com a palavra o Vereador Celso Dal Molin. – Vereador Celso Dal Molin: Senhor Presidente, demais vereadores, eu peço voto contrário ao pedido de vista. – Presidente: Continua em discussão o pedido de vista formulado pelo Vereador Pedro Sampaio. (- Peço a palavra). Com a palavra o Vereador Fernando. – Vereador Fernando Hallberg: Eu acho que o pedido de vista de um vereador é totalmente legítimo, independente do assunto ou discussão, deve ser respeitado, por isso independente de ser favorável ou contra o assunto, votarei favorável ao pedido de vista, em respeito ao Vereador Pedro Sampaio. – Presidente: Continua em discussão. (- Peço a palavra). Com a palavra o Vereador Serginho Ribeiro. – Vereador Serginho Ribeiro: Bom, Presidente, eu também vendo como autor do projeto eu vejo assim, Vereador Madril, com todo o respeito a todos nós em projetos, também peço voto então favorável ao pedido de vista, eu acho que é importante de nós analisarmos todos os viés. A preocupação é muito grande em tudo. Então queremos votar, é importante para a cidade, quem vai fiscalizar, é possível ou não. Então também respeitando cada um, cada situação, peço também voto favorável ao pedido de vista do Vereador Pedro Sampaio. (- Peço a palavra). – Presidente: Vamos ouvir agora o Vereador Policial Madril e depois o Vereador Josué, para discutir o pedido de vista, senhores vereadores. – Vereador Policial Madril: Eu peço voto contrário ao pedido de vista, porque esse projeto foi analisado e estudado com os funcionários da Vigilância Sanitária e o pessoal da fiscalização e todas as pessoas que são efetivas nesse serviço. Se a gente não levar para frente esse projeto e não votar ele, o pessoal da fiscalização mancada e vão ficar de mãos amarradas para fiscalizar essas tabacarias. Então por isso eu peço voto contrário, porque mais estudado que as pessoas que trabalham nesta função, que os funcionários da Prefeitura, que os fiscais são funcionários de carreira, eu acredito que não tem como algum de nós saber mais que um fiscal da fiscalização, que o pessoal da Vigilância Sanitária. Se a gente votar contra esse projeto e pedir a retirada, é mesma coisa que você soltar um policial militar com arma na cinta sem munição, os fiscais eles não tem como exercer a função deles e fazer fiscalização coerente. Por isso eu peço um voto contrário. (- Um aparte). Concedido. – Vereador Pedro Sampaio: Obrigado Madril. Madril, aqui de forma alguma queremos tirar toda a essência do projeto. A gente tem que discutir hoje a saúde



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

pública, mas o que me chama a atenção de não ter nenhuma fiscalização e nenhum dado aqui, para que nós possamos aqui buscar quais são essas casas, que tipo de comércio que é esse. Não estou pedindo a retirada do projeto, pedindo vista para a próxima sessão. Só para que nós possamos debater e nós compreendermos qual o alcance. Não estou aqui fazendo uma apologia ao fumo, a bebida, eu estou querendo saber o porquê, quais são as casas, quantas casas existem nesse ramo. Só para que possamos aqui construir, e como disse o Boca, nós não pequemos aqui em legislações para que traga aqui prejuízo para a economia da cidade. É só por esse fato que eu pedi vista. – Vereador Policial Madril: Exatamente porque a gente fez esse projeto, porque a minha assessoria, o pessoal da fiscalização da Vigilância Sanitária e da fiscalização eles já vieram e 99% dessas tabacarias já trabalham irregular e não tem como o pessoal da fiscalização agir. E as pessoas que estão certas, que vão estar enquadradas nessa lei vão ser respeitadas. Por isso eu peço voto contrário. (- Peço a palavra). – Presidente: Com a palavra o Vereador Josué de Souza. – Vereador Josué de Souza: Senhor Presidente, eu também quero pedir voto contrário a esse pedido de vista, porque primeiramente ele está pedindo para uma sessão, e uma sessão é amanhã. Então assim, e amanhã esse projeto já vai ser votado novamente em segunda votação. Então ele pode analisar muito bem hoje a tarde e se haver alguma modificação, Vereador, o senhor pode entrar com uma emenda. Então quero pedir o voto contrário a esse pedido de vista e vamos aprovar esse projeto aí. Era o que eu tinha. – Presidente: Só para esclarecimento, senhores, se aprovado o pedido de vista o projeto retornará na terça-feira da semana que vem, na segunda-feira da semana que vem, desculpa. Na segunda-feira da semana que vem, só pularia na verdade a sessão de amanhã. Pula uma sessão, exatamente. (- Peço a palavra). Alguém mais tinha solicitado a palavra para discutir o pedido de vista? Com a palavra o Vereador Mazutti. – Vereador Mazutti: Senhor Presidente, nobres colegas vereadores, o Boca levantou essa questão da alimentação, de você poder proibir, e nós pessoas que não fumam, parece que não combina realmente essa questão da alimentação preparada dentro das tabacarias. Então por isso que o Madril bem levantou essa dificuldade do pessoal da vigilância em poder fiscalizar as tabacarias. Mas eu entendo também, Madril, que nós podemos estudar melhor essa situação. Eu sou favorável a esse pedido de vista para nós construirmos um projeto bem legal. (- Um aparte). Pois não. – Vereador Jaime Vasatta: Obrigado Vereador Mazutti. Olha, eu quero dizer o seguinte: o Vereador Madril aqui me passou algumas informações que teve sim uma conversa muito ampla com os servidores da Vigilância Sanitária, passou pelas Comissões, então eu vejo assim que o adiamento de vista agora, no meu ponto de vista, é desnecessário, e eu peço voto contrário ao pedido de vista. (- Peço a palavra). – Presidente: Com a palavra o Vereador Roberto Parra. – Vereador Roberto Parra: Gostaria também de pedir voto contrário. A questão é lei. Os agentes da Vigilância Sanitária não tem lei específica para autuar e para fiscalizar. Existem muitas lanchonetes, existem muitos bares na cidade onde eles locam principalmente os aparelhos de narguilé. E é isso que eles precisam ter uma lei específica para fiscalizar. Não vou citar comércio aqui, mas comércio onde tem música ao vivo, restaurante e a tabacaria no mesmo ambiente. Então os servidores que ali trabalham, os garçons, funcionários e aquelas pessoas



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

também que querem talvez ouvir uma música, há uma lei específica que os ambientes tem que ser separados. E aqui em Cascavel já está tomando conta, os ambientes estão sendo compartilhados, e é isso que a Vigilância Sanitária precisa, uma lei que eles possam fiscalizar. Gostaria de pedir voto contrário ao pedido de vista. – Presidente: Vamos a votação então senhores vereadores. Proceda a votação nominal. Solicito a presença do nosso primeiro votante. Proceda a votação nominal Senhor Primeiro-Secretário. (Foram favoráveis os vereadores: Bocasanta, Fernando Hallberg, Mazutti, Misael Junior, Pedro Sampaio, Serginho Ribeiro). (Foram contrários os vereadores: Alécio Espínola, Cabral, Carlinhos Oliveira, Celso Dal Molin, Damasceno Junior, Jaime Vasatta, Josué de Souza, Mauro Seibert, Olavo Santos, Parra, Paulo Porto, Policial Madril, Romulo Quintino, Valdecir Alcântara). – Secretário: Senhor Presidente, 6 votos favoráveis e 14 votos contrários. – Presidente: Com 14 votos contrários e 6 votos favoráveis fica rejeitado então o pedido de vista formulado pelo Vereador Pedro Sampaio. Então vamos a votação do Projeto de Lei nº 144/2017. Proceda a votação nominal Senhor Primeiro-Secretário. (Foram favoráveis os vereadores: Alécio Espínola, Cabral, Carlinhos Oliveira, Celso Dal Molin, Damasceno Junior, Fernando Hallberg, Jaime Vasatta, Josué de Souza, Mauro Seibert, Mazutti, Misael Junior, Olavo Santos, Parra, Paulo Porto, Policial Madril, Romulo Quintino, Serginho Ribeiro, Valdecir Alcântara). (Foram contrários os vereadores: Bocasanta, Pedro Sampaio). – Secretário: Senhor Presidente, 18 votos favoráveis e 2 votos contrários. – Presidente: Com 18 votos favoráveis e 2 votos contrários fica aprovado em primeira votação o Projeto de Lei nº 144/2017. Finda que está a matéria da ordem do dia de hoje, vamos para as inscrições de interesse público. E tem a preferência regimental o Vereador Líder do governo, Vereador Alécio Espínola. **GRANDE EXPEDIENTE:** – Vereador Alécio Espínola: Obrigado Senhor Presidente, já vou conceder um aparte para o Vereador Parra. – Vereador Roberto Parra: Senhor Presidente, como não estou inscrito no grande expediente, quero usar esse um minuto para dar aqui primeiro os parabéns para a Raquel, uma assessora da Casa, uma assessora efetiva, uma servidora efetiva, que faz um grande trabalho na Comissão de Saúde, em nome do Madril e do Bocasanta, sempre está fazendo um bom trabalho. Mas gostaria, Senhor Presidente, já que o senhor disse que tem a possibilidade de contratar uma assessoria paralela a Casa para que faça um trabalho de consultoria, gostaria em nome da Comissão de Saúde, pedir a liberação de uma assessoria de consultoria para que se investigue essa questão dos atestados e horas extras, principalmente na Secretaria de Saúde. Então gostaria de fazer esse pedido oficial para que a gente faça o levantamento desses números e aí que a gente entre em janeiro com a CPI já com abundância de informações concretas e a gente possa chegar. Era isso Senhor Presidente. – Vereador Alécio Espínola: Muito obrigado Excelência. Quero agradecer a presença do presidente da FUNDETEC, Alcione Gomes, dizer que o estatuto foi votado, aprovaquinho pela totalidade dos nossos vereadores. E só lembrar aqui os vereadores que nós temos um compromisso hoje às 8h30, uma reunião imperdível. Muito obrigado. (- Um aparte). Pois não Vereador. – Vereador Josué de Souza: Senhor Presidente, distinta assistência, eu quero aqui agradecer também o Alcione por estar presente na nossa sessão, e quero aqui, Presidente, agradecer a



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Vossa Excelência ontem pela maratona que nós fizemos lá pela cidade de Cascavel. Começamos às 10 horas lá no São João juntamente com Vossa Excelência, com o Prefeito, Vereador Alécio, líder do governo, aonde fizemos compromisso de estar lá legalizando aquelas pessoas que ocuparam uma área, que então é do município e vai vir um projeto de lei aqui para essa Casa e com toda a certeza, com os votos da totalidade dos vereadores, vamos estar regulamentando aquelas 63 famílias, compromisso assumido e com certeza logo logo isso vai acontecer. Agradecer pela companhia ontem também lá no Jardim Itália junto com Vossa Excelência, com o líder do governo, Vereador Alécio, juntamente com o Prefeito Municipal naquela festa, uma festa muito bonita, estava lá o Doutor Bocasanta, que a gente não se encontrou lá, só mais um minutinho por gentileza, dali fomos até o São Francisco e finalizamos. Fomos até o Interlagos, outra festa maravilhosa, e finalizamos com outra festa no Maria Luiza. Quero agradecer, até pensei ontem no final do dia que nós estávamos em campanha, porque fizemos a grande maratona visitando as festas e foi muito produtivo, muito bom. Só queria agradecer essas pessoas desses locais onde a gente foi recebido com muita alegria, com muita dedicação as pessoas que estavam lá. Muito obrigado. – Presidente: Encerrou Vereador líder do governo? Obrigado. – Vereador Alécio Espínola Obrigado Excelência. – Presidente: Vamos ouvir agora o Vereador Celso, pelo tempo do bloco parlamentar. – Vereador Celso Dal Molin: Bom dia Senhor Presidente, bom dia vereadores, demais presentes, imprensa. Vou nessa manhã passar para o senhor mais uma conclusão de uma investigação que há quatro meses eu estou fazendo. Eu vou passar para os senhores, porque na quarta-feira pretendo levar ao Ministério Público. Comecei uma investigação sobre algumas empresas que prestavam serviço a Secretaria de Educação diretamente aos colégios. Não conseguindo, Vereador Mazutti, concluir essa fiscalização, faltavam-me alguns documentos, algumas situações, entrei em contato com a CGU - Corregedoria Geral da União. E enviei para eles um ofício colocando as minhas desconfianças, colocando que eu já tinha e pedindo, vereadores, uma resposta para algumas coisas. Foi quando a CGU, recebendo o meu ofício, recebendo a documentação que eu tinha, me enviou a minha documentação de volta e me enviou uma outra documentação também, enviou o ofício de volta e vendo a documentação também, concluindo o que faltava, Mauro, para aquilo que eu estava levantando. Nós temos um programa e a fiscalização se limitava na aplicação de recursos federais destinados ao programa 2080. Esse programa ele chama-se PDDE, que é um Plano de Dinheiro Direto para a Educação. E esse dinheiro como veio, ele foi aplicado. No levantamento, senhores, que eu fiz e que a CGU confirmou de algumas empresas, nós encontramos 12 empresas que não são legais, que não existem, que participavam dessas licitações. Encontramos também 16 empresas que participavam e essas empresas que participavam tinham conluio entre elas. Um exemplo: uma empresa que tem a mesma fachada, o mesmo nome de fantasia, mas são três CNPJs, então três CNPJs, três empresas que têm as mesmas fachadas e as mesmas características e ela trabalhava nesse sentido. Quando tinha uma licitação ela andava com o mesmo padrão e concorria com os três CNPJs, sendo do mesmo grupo. Eu quero que os senhores prestem atenção nesse quadro que está aí, segura aí nesse quadro mesmo. Senhores vereadores, aqui nós temos três empresas. As três



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

empresas, que na verdade tem uma quarta, são quatro empresas que entravam com uma licitação. Eu tirei o nome das empresas e coloquei Empresa 1, Empresa 2, Empresa 3. Havia um conluio entre quatro empresas quando havia uma licitação, uma concorrência pública, para ganhar desse dinheiro PDDE. Como conseguimos chegar a conclusão que havia entre as empresas objetivo de uma ganhar, depois outra passava a vez para outra e assim elas dominavam e ganhavam as licitações. Então são quatro empresas e eu tenho a proposta do orçamento das quatro empresas. Eu quero só chamar a atenção de vocês que são três empresas que mandaram três orçamentos, mas nós conseguimos provar, senhores vereadores, que as três propostas de orçamento foram preenchidas pela mesma pessoa, representando quatro empresas. Coloca ali, agora são as três empresas e as três propostas, cada uma feita por uma empresa. Coloca o outro lá agora, meu jovem. Ali. As três empresas cometeram o mesmo erro de português. Ali é o Colégio Ana Neri do XIV de Novembro, mas na hora de preencher a proposta, a pessoa que preencheu colocou XVI de Novembro, ela errou ali no número um, que seria no meio do X e do V. Ali embaixo uma questão no valor R\$ 2900,00, tem um sinal de igual, é um sinal que não se usa quando se refere a dinheiro e a valor e na sigla. Coloca a outra agora para nós fazendo um favor. Esta é a segunda empresa. O mesmo erro de português aí em cima e o mesmo erro de português embaixo. A terceira empresa a mesma coisa, o mesmo erro de português em cima e o mesmo erro de português lá embaixo. Então baseado nisso nós conseguimos provar, e a CGU está confirmando também, que as empresas, quatro empresas, elas usavam uma pessoa que fazia os orçamentos, aí que vem o conluio nessa situação. Aí nós temos situações de produtos que a empresa vendia na loja, no caso de uma televisão, a loja vendia lá atrás por R\$ 2050,00, mas quando foi vender para o município foi vendido por R\$ 3280,00. Nós temos situações de produtos que foram vendidos e não foram entregues, senhores vereadores. Baseado em tudo isso, com toda a documentação que nós levantamos e que a CGU enviou para nós também confirmando a nossa desconfiança, complementando aquilo que nós precisávamos, Vereador Mazutti, para que nós pudéssemos concluir, fecho o relatório agora a tarde, estou com ele pré-pronto, quarta-feira de manhã pretendo ir até o Ministério Público, fazer essa denúncia, convido os vereadores que quiserem assinar essa denúncia comigo, estão convidados para assinar comigo. Quero levar a situação para que seja levantado. Quero lembrar aos senhores que antes de 2013 essas empresas já prestavam também serviços e algumas dessas empresas, Vereador Mazutti, hoje também entram em concorrências públicas do município. Nós estaremos levando o relatório deles também para o Prefeito Paranhos para que ele esteja ciente dele, para que essas empresas sejam analisadas. Lembrando de novo que das empresas que entravam na licitação, 12 não foram encontradas, 16 foram encontradas, era um grupo em torno de umas 40 empresas que estão nessa situação. Então na conclusão do relatório que eu estou fazendo ainda existe um agravante, alguns colégios direcionavam a compra para algumas empresas, isso também vai ser colocado, e se der tempo eu vou ler só aqui uma colocação, convido os vereadores que quiserem assinar comigo, Vereador Paulo Porto e demais vereadores, quiserem assinar comigo, assinar no dia de amanhã para levarmos ao Ministério Público e essa documentação vai ser apresentada. Quero só



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

ler um pedaço de uma conclusão, que nós estamos fazendo essa conclusão em parceria com a CGU. Outra conclusão do relatório foi a prática da unidade executora, escolas municipais de Cascavel, de cotarem preços correspondentes com as mesmas empresas e ainda tendo sido verificado vínculos entre elas pela equipe de fiscalização. “Concluindo-se o sistema de pesquisa de preços adotado pelas unidades executoras, contemplava critérios que frustrem o caráter cooperativo do processo de cotação de preço e conseqüentemente a seleção da proposta mais vantajosa, violando os princípios da isonomia, legalidade, responsabilidade, moralidade e eficiência, que visam resguardar a correta e eficiente aplicação dos recursos, sendo favorecimento em prol da qualidade da prestação dos serviços públicos de educação”. Então baseado na documentação, Senhor Presidente, que eu tenho, baseado no que a CGU me mandou, que me complementou muito bem, eu estava quase desistindo dessa situação, mas como eu tive a ideia de mandar o ofício para a CGU, eles me deram o que eu precisava e eu tenho a documentação suficiente para visitar novamente o Ministério Público na quarta-feira e levar essa documentação para que essa prática acabe e não continue. (- Um aparte). Pois não Vereador Paulo Porto. – Vereador Paulo Porto: Primeiro parabenizá-lo por essa fiscalização que você faz constantemente em relação ao seu mandato a questão da Secretaria da Educação. Parabéns. E convidá-lo amanhã, as 9h30 da manhã, teremos uma reunião da Comissão de Educação, para que você pudesse se fazer presente e apresentar de maneira mais detalhada esse caso para a Comissão. E o senhor não tenha dúvida que a Comissão será solidária e será parceira em qualquer tipo de investigação que busque preservar o dinheiro público. E nos preocupa, porque segundo os dados que o senhor apresenta é uma formação de um pequeno cartel em Cascavel e há é necessário combater esse tipo de prática em Cascavel em relação a administração pública. Então amanhã se o senhor puder, está formalmente convidado para participar da nossa reunião ordinária e apresentar esses dados para os três vereadores, eu, Carlinhos e Olavo, da Comissão e o senhor não tenha dúvidas que estaremos juntos em qualquer tipo de denúncia que tenha fundamento, e tudo indica que tem, em relação a administração pública. Obrigado. – Vereador Celso Dal Molin: Obrigado Vereador. Estarei presente com certeza. Senhor Presidente, mais um minuto só para concluir. Das investigações que eu não consegui terminar, senhores vereadores, eu quero dizer que tem quatro que faltam algumas coisas ainda e eu só vou ao Ministério Público quando eu tenho a documentação necessária. Então eu tenho mais quatro para concluir e essas conclusões o ano que vem eu estarei fazendo para que possa fazer mais situações. Tem situações também, quero adiantar para os senhores vereadores, que levantei uma situação da saúde e encontrei na saúde alguma coisa que temos que trazer. (- Um aparte). Pois não Vereador. – Vereador Fernando Hallberg: Fica aí a sugestão que seja aberta uma PCI de repente para investigar essas questões. E quero dar os parabéns ao senhor Vereador Celso, pelo brilhante trabalho investigativo e dizer que a gente está cada vez mais tentando aprender com o senhor. – Vereador Celso Dal Molin: Vereador, concordo até com a CPI, mas até pelo o que eu tenho para o ano que vem, eu tenho duas situações que tem que abrir CPI. Como nós temos provas concretas já nesse depoimento, já dá a situação de nós levarmos direto para o Ministério Público, porque



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

nós temos provas. Por exemplo, 12 empresas que não existem. Aquilo que eu mostrei onde há um conluio de empresas, e mais outras situações que eu não citei aqui porque é muito complexo, nós temos provas suficientes. Mas o ano que vem o senhor vai se surpreender com o que virá ainda, porque quando a gente vê um governante que faz um discurso e diz assim: vou cuidar da saúde, vou cuidar da educação e vou cuidar da segurança. E depois vê que ele está sugando a educação e a saúde com dinheiros que são retirados de lá isso, é muito grave. Então eu quero pedir aos vereadores que quiserem assinar comigo, eu gostaria muito que tivesse a parceria dos senhores, e quarta-feira, só para concluir Senhor Presidente, para quarta-feira de manhã já quero levar ao Ministério Público para que eles comecem também a investigar essa situação. Agradeço a todos e quem quiser assinar só me avisar e eu coloco seu nome. Muito obrigado Senhor Presidente. – Presidente: Vamos ouvir agora o Vereador Carlos Oliveira. – Vereador Carlinhos Oliveira: Senhor Presidente, nobres vereadores, assistência, imprensa, o motivo que nos traz aqui é fazer um convite especial a todos, no próximo dia 16 a partir das 11 horas da manhã, no próximo sábado, estaremos inaugurando a UPS, a Unidade Paraná Seguro lá da região norte e aqui eu quero estender o convite a todos que possam participar, mas quero também fazer um agradecimento a todas as pessoas que se envolveram nesse processo, aqui eu não posso esquecer de todos os empresários da ACIC Norte, na pessoa do Juarez, do Ivo, do Leozir, do Evandro, do Lucas, do Edson, também a comissão que foi formada para acompanhar os trabalhos lá da região do Interlagos, tem o Osmar, tem o Mauri, tem o João, tem o Tiquinho, tem o Rogério, tem o Vezário, tem o Silvano, também não podemos esquecer do Nei Haveroth, uma pessoa que conduziu esses trabalhos lá a frente, junto com a COHAVEL e toda a sua equipe, fazendo um esforço tremendo para que essa obra seja concluída em tempo hábil, o nosso Prefeito Paranhos que acreditou nessa proposta que fizemos no momento e abraçou a causa, os vereadores que sempre estão participando lá, aqui temos o Parra, que é atuante lá, o Celso, o Madril, o Josué também que fez acompanhamento, o Mazutti, que também acompanhou bastante esse trabalho lá, nosso muito obrigado. Tem o Capitão Divonsir e todo o 6º BPM que teve a frente acompanhando todo o projeto desenvolvido naquele local que vai ficar muito bonito para acolher a todos os policiais que vão trabalhar nessa Unidade. E por fim quero agradecer a comunidade que acredita no nosso trabalho, que acreditou em todo esse empenho nesse projeto, que debruçou-se e nos ajudou no jantar, com contribuições de 5, de 10, de 50, de 1000, de 5000 mil reais, para que essa obra pudesse ser concluída e vai ser entregue aqui para a população de Cascavel, vai estar lá na região norte, mas acaba atendendo a toda a população de Cascavel. Então aqui fica o nosso convite no próximo sábado, dia 16, a partir das 11 horas da manhã. Vai ser a inauguração da Unidade Paraná Seguro, mas a ACIC vai ter toda uma atividade que vai desenvolvida durante todo o período da tarde também lá, com brincadeiras para as crianças, chegada do Papai Noel, então vai ter várias ações lá nesse dia para toda a comunidade de Cascavel. Então aqui fica o nosso convite e o nosso muito obrigado a todos. – Presidente: Vamos ouvir agora o Vereador do PCdoB, Vereador e professor Paulo Porto. – Vereador Paulo Porto: Bom dia a todos e todas, bom dia plenário, mesa diretora, vereadores. Hoje falaremos de gastos públicos e



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

isenção de impostos da reforma da Previdência. O Governo Temer tem afirmado que a Previdência está quebrada e é muito caro ao país, que estamos gastando muito com a nossa população e que o Brasil não tem caixa para isso. Porém na semana passada este mesmo Governo aprovou a Medida Provisória nº 795 que isenta de impostos empresas petroleiras de capital internacional durante 20 anos de exploração do pré-sal, algo em torno de um trilhão de reais. O Brasil deixará de arrecadar, vou repetir, um trilhão de reais em impostos favorecendo empresas como a Schel. Como isso não bastasse essa mesma medida provisória ela permite que essas empresas não comprem equipamentos nacionais e nem utilizem mão-de-obra brasileira, abrindo mão de cerca de aproximadamente um milhão de empregos diretos e indiretos, isso em favor de quem menos necessita de favor, que são as empresas multinacionais. E esse Governo diz que não tem caixa para nossos aposentados e para as políticas públicas, é o mesmo Governo que abre mão de um trilhão de reais em impostos. Em uma conta rápida, vereadores, essa isenção representa cerca de duas vezes e meia o suposto rombo da Previdência. Este governo tira dos pobres para dar para os ricos, uma espécie de Robin Hood canalha. Entretanto as bondades com os ricos não param aí. Nessa mesma semana passada o nosso Congresso aprovou dois grandes REFIS, dois grandes financiamentos de dívidas, uma para grandes empresários e outra para grandes latifundiários. O REFIS dos empresários causará uma queda de 40 bilhões de reais na nossa receita. Já o REFIS do FUNRURAL, destinado aos donos de terra, abrirá uma, nós abriremos mão de 16 bilhões de impostos. Recapitulando para não perdermos as contas: somente na semana passada esse Governo que afirma que não tem dinheiro nem para educação, nem para a saúde, nem para previdência, abriu mão de um trilhão de reais de impostos para o capital internacional e 60 bilhões de impostos para empresários e donos de terra. Enfim, para esse governo tudo indica que o problema são os pobres e os assalariados. Se governa para aqueles que não necessitam e não se governa para aqueles que desesperadamente necessitam de governo. É nesse contexto de total deboche com a coisa pública que chega a votação da reforma previdenciária, uma reforma tão ruim para o trabalhador que mesmo esse Congresso tão corrompido e tão distante do povo brasileiro tem dificuldade em aprová-la. Entretanto, segundo a Folha de São Paulo, o Governo Temer já tem dois votos cativos em Cascavel, os Deputados Evandro Roman do PSD e Nelson Padovani do PSDB já se posicionaram a favor da reforma. Esperamos que nas eleições de 2018 nem emendas e nem ciclovias faça o leitor cascavelense esquecer da traição desses Deputados. Esse mandato se coloca frontalmente contrário a essa reforma, assim como repudia as atitudes desses Deputados do Governo Temer, a atitudes lesa-pátria em relação ao patrimônio brasileiro. Muito obrigado. (- Um aparte). Aparte, quem pediu aparte? Fernando Hallberg, por favor. – Vereador Fernando Hallberg: Concordo com o senhor, Vereador Paulo, inclusive quando não era vereador, inclusive fizemos uma coletânea de dinheiro e colocamos num outdoor dos Deputados que votaram contra as 10 medidas. Esse outdoor continua até hoje lá e vai continuar até as eleições. Então na minha opinião essa reforma da Previdência é contra a população, tem que existir uma reforma, mas não da forma que está sendo colocada, tem que ser uma reforma técnica, uma reforma de reestruturação realmente, mas não na forma que está



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

sendo posta que realmente prejudica, e prejudica e muito. Nós vamos pagar uma conta que não é nossa e dizer que Cascavel mostra uns dados também complicados, porque aqui o Governo Temer tem aprovação de 15%. Então me parece que é a maior aprovação do Brasil do Governo Temer. Então a população precisa evoluir um pouquinho nessa... – Vereador Paulo Porto: Para encerrar Presidente, eu queria agradecer a contribuição do Hallberg, é isso mesmo, há que de denunciar, até porque as eleições estão chegando e essas pessoas têm que pagar um preço alto pelas traições que estão fazendo ao voto popular e Cascavel lamentavelmente nós temos 17% de aprovação do Governo Temer, para vocês verem a dureza que está sendo fazer política pública e defender a política pública nessa cidade. Mas seguiremos atentos. Obrigado pela contribuição, Vereador Hallberg. – Presidente: Sem dúvida. Nós compreendemos a necessidade da reforma, evidente, mas assim, não vejo sentido em fazer uma reforma num ano eleitoral. Acho que esse é um debate que tem que ficar para o debate eleitoral, já que não fizemos até agora, que façamos no próximo governo. Não tem sentido fazer uma reforma desse tamanho no último ano de um governo. Isso tem que ser debatido amplamente durante esse período eleitoral, ainda mais com a nossa pré-candidata do PCdoB a presidência da República, nossa amiga Manuela. Vamos ouvir agora o Vereador Policial Madril. – Vereador Policial Madril: Vou abrir mão da palavra, Senhor Presidente. – Presidente: Deus te abençoe, meu Vereador. Vamos ouvir agora o Vereador Mazutti. – Vereador Mazutti: Também abro mão da palavra. – Presidente: Abençoado da mesma maneira. Vamos ouvir o Vereador Olavo Santos, que será ainda mais abençoado. – Vereador Olavo Santos: Senhor Presidente, senhores vereadores, diante disso eu abro mão da palavra. – Presidente: E vamos ouvir a última inscrição para encerrar a sessão, o Vereador Misael Junior. – Vereador Misael Junior: Mais uma vez, Senhor Presidente, cumprimentar Vossas Excelências e eu quero enaltecer aqui, Vereador Fernando Hallberg, uma atuação da Polícia Militar de Cascavel hoje pela madrugada. E enquanto nós falávamos ali, Vereador Madril, eu pude ouvir daqueles policiais, enaltecendo o seu nome pelo seu belo trabalho, seja aqui na Câmara, mas também como policial, foi muito interessante. O Soldado Cleverson hoje efetuou a prisão em flagrante de um suspeito, na verdade um criminoso lá no Bairro Brasmadeira. Pela madrugada a vizinhança ouviu barulhos num estabelecimento e chamaram a polícia e lá, Vereador Carlinhos, por isso eu pedi sobre a UPS ali da região norte, a importância que é. Mesmo com a falta de efetivo que a gente sabe que existe, eles foram acionados e prontamente atenderam o pedido daquela vizinhança, estavam ali perto e se deslocaram então até onde havia ocorrido este arrombamento, este furto, e foram então atrás dos meliantes. E encontraram um deles, Vereador Mazutti, pelo jeito teve até troca de tiros e depois disso o soldado Cleverson efetuou a prisão então desse rapaz, está preso. Eu gostaria aqui de colocar o nome de todos que estavam trabalhando essa madrugada ali naquele posto: o Sérgio Alberto Ribeiro Tavares, que é o soldado; o Cleverson Alex de Lara, o soldado; Carlos José de Camargo, que é cabo; o Leonir Bossa, soldado; Lucas Faria Baos, que é soldado também; e também o soldado Anderson Luiz de Melo. Eles que às 5 horas da manhã, quando muito de nós ainda estávamos dormindo, descansando, eles estavam efetuando a prisão aí de um criminoso. Então quero aqui enaltecer o trabalho desses



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

senhores, parabenizá-los, uma atuação séria, competente, a prisão já efetuada desse primeiro suspeito. Tenho certeza que aquela comunidade está bem servida e ainda mais agora, Vereador Carlinhos, com essa sua fala onde a gente ficou sabendo essa sua informação que sábado agora então inaugura. Eu infelizmente não vou poder estar, estarei em Curitiba participando de um evento do PSC e estarei lá, acredito que representando também Vossa Excelência e o Vereador Alécio, enquanto presidente do PSC Jovem e para que nós possamos visualizar aí para frente o que nós pretendemos no nosso partido, pretendemos também nas futuras eleições e cobrar também dos nossos Deputados Estaduais do PSC, são 5, e do nosso Deputado Federal essa visão para com a população, essa mudança de atitude. Infelizmente o Deputado Takayama tem essa visão quanto à previdência, mas eu já disse a ele, amizade nós podemos ter, agora opiniões são divergentes. E eu dirijo da opinião quanto à previdência e espero que ele também tome a medida diferente aí, porque senão nessa hora eu vou ter que dizer que, vou ter que falar que o japonês está errado nesse momento. Mas por mais que os recursos que nós precisamos aqui para Cascavel vão ser enviados, mas a posição política ela precisa ser clara. Então deixar aqui, meu Presidente, pelo menos esses dois anos o senhor vai estar Presidente desta Casa, depois quem sabe na Assembleia Legislativa, mas deixar aqui os meus cumprimentos a Polícia Militar, ao soldado Cleverson e a todos que fizeram um belíssimo trabalho ali no Bairro Interlagos, Brasmadeira, Tarumã, todos aqueles bairros ali. – Presidente: Obrigado Vereador Misael. Não havendo mais nenhuma inscrição para o interesse público, encerro a presente sessão. O presidente encerrou a presente sessão ordinária às doze horas e dez minutos. E nada mais havendo a tratar e a constar, foi transcrita por mim, Fabiane Marister dos Passos de Oliveira, a presente ata, que depois de lida e aprovada será devidamente assinada pelo Secretário e pelo Presidente que dirigiu os trabalhos nesta Sessão da Câmara Municipal de Cascavel.

GUGU BUENO

Presidente

OLAVO SANTOS

1º Secretário